



GT 062. Ritmos da Identidade: Música, Juventude e Identidade

João Batista de Jesus Felix (UFT) - Coordenador/a,
Carlos Benedito Rodrigues da Silva (Universidade
Federal do Maranhão) - Coordenador/a

Socialização e discussão de pesquisas concluídas ou em andamento, enfocando a música e ritmos como elementos de mobilização coletiva, e definição de linguagens e códigos de comunicação: enfoques sobre construção de performances e linguagens corporais entre grupos de juventude nas diversas regiões brasileiras ou mesmo em outros países, a partir das tendências rítmicas veiculadas pelos sistemas midiáticos. Estamos diante um fenômeno bastante interessante, pois, a cada vez maior as expressões artísticas, que eram assumidas como simplesmente formas de lazer, serem assumidas como formas de se expor posições políticas. A arte sempre foi vista como muito perigosa, principalmente pelos governos autoritários, mas ela era entendida como uma extensão, uma maneira a mais dos grupos especializados em políticas (Partidos Políticos principalmente) tinham para demonstrar suas posições. Atualmente existem vários trabalhos acadêmicos que procuram demonstrar que a música, a dança, o cinema, o teatro, têm uma grande autonomia política. Nossa intenção, com instituído deste GT, é dar espaço para conhecermos pesquisas desenvolvidas em todo o território nacional ou estrangeiros, sobre formas de se construir identidades através da música, da dança e do lazer.

A continuação do popular: os jovens do Afoxé Ará Omim e a questão da representatividade

Autoria: Gabriela Pimentel de Araújo

Por cultura popular se faz possível compreender os costumes dos indivíduos que fazem parte da classe trabalhadora da sociedade, cuja principal característica é sua capacidade de ser compartilhada de uma geração para outra a partir da prática e da oralidade. É nesse contexto que podemos perceber que os mais novos aprendem com os mais velhos os ritmos e as manifestações culturais da tradição do grupo sociocultural do qual faz parte. No entanto, durante o processo de aprendizagem, observação e prática, esse mesmo jovem que enquanto criança reproduz o que lhe é ensinado, quando vai crescendo, amadurecendo e entrando em contato com outras experiências passa a questionar e até mesmo deixar de participar das principais manifestações e expressões culturais de seu povo/grupo sociocultural. Dito isto, surge o questionamento acerca da continuidade da prática da cultura popular, no sentido de se ela depende dos jovens e de seu processo de identificação e representatividade com a cultura da qual faz parte para continuar a existir ou não. A partir dessa problematização, o presente work pretende analisar as relações de pertencimento dos jovens com a cultura popular da qual faz parte e como se dão a construção de valores e manutenção da tradição apreendida. Resultando de entrevistas em campo com alguns integrantes do Afoxé Ará Omim, se faz possível identificar a existência de uma relação de pertencimento e valorização da prática de fazer parte de uma manifestação popular de matriz africana e assumir com orgulho o "fazer parte" como integrante desse grupo e continuador da cultura popular de sua comunidade.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

